

Inteligência Artificial: confiança e transparência devem ser priorizadas

Estudo da KPMG aponta riscos, oportunidades e desafios que exigem colaboração entre mercado e governos

Ricardo Santana, sócio-líder de Lighthouse da KPMG no Brasil
Luciano Prado, sócio de Lighthouse e Inteligência Artificial da KPMG no Brasil



A agenda ESG (*environmental, social and corporate governance*) vem ganhando relevância cada vez maior nas empresas de diferentes segmentos. E, se antes havia uma separação bem nítida, perante a sociedade, entre as ações dos indivíduos e a imagem e os compromissos das organizações, hoje essa diferenciação está mais tênue - um cenário que impõe a necessidade de que não apenas a organização, mas também seus executivos e C-levels, estejam em conformidade com boas práticas, o que inclui o *compliance* fiscal.

O crescente uso de Inteligência Artificial (IA) impõe a necessidade de traçar políticas de governança que inspirem confiança e ofereçam segurança efetiva. Neste sentido, uma série de iniciativas recentes no campo das políticas sobre governança de dados e IA estão surgindo. Tudo indica que a autorregulamentação está com os dias contados: cada vez mais, teremos novos modelos de supervisão, mais rígidos e minuciosos, estabelecendo-se em diferentes países e jurisdições.

Estas conclusões fazem parte do estudo intitulado O modelo de governança de IA do futuro, produzido pela KPMG International. Segundo a publicação, 87% dos tomadores de decisão de tecnologia da informação (TI) acreditam que as tecnologias movidas por IA devem estar sujeitas a regulamentação e 32% defendem que essa regulamentação deva ser fruto de combinação entre governo e indústria. Mas o dado mais impactante é que 94% desses líderes acham que as empresas precisam se concentrar na responsabilidade corporativa e na ética ao desenvolver soluções de IA.

A análise também mostra que as principais organizações estão atentas às tendências e assumiram um papel

proativo na abordagem da ética e da governança no uso de IA. Ou seja: o próprio mercado está se adiantando às exigências.

Um dos pontos que o estudo destaca é o papel da pandemia na aceleração e na disseminação do uso de IA nas áreas de saúde, educação, aplicação da lei, serviços financeiros, dentre outras. Essa adoção rápida evidenciou tanto os benefícios quanto os riscos potenciais da IA.

Pilares da confiança

A integridade, a compreensibilidade, a equidade e a resiliência são os quatro pilares fundamentais para assegurar a governança adequada dos algoritmos, aponta o estudo. Portanto, devem ser priorizados os seguintes pontos:

- Integridade do algoritmo e validade dos dados, incluindo linhagem e adequação de como os dados são usados;
- A transparência do processo de tomada de decisão algorítmica em termos de negócios simples - ou seja, seus termos devem ser compreensíveis;
- Equidade na asseguaração de que os sistemas de IA sejam éticos e isentos de preconceitos; deve haver garantia de que os atributos protegidos não serão usados;
- Resiliência na robustez técnica e no cumprimento da IA e sua agilidade.

Parecem pilares óbvios e até simples, mas são poucas as empresas que possuem, de fato, uma estrutura de



Ricardo Santana



Luciano Prado



modelo de IA abrangente para permitir e operacionalizar a confiança, a responsabilidade e a transparência. Hoje, organizações do mundo todo estão sob a pressão de responder à agilidade do mercado e, ao mesmo tempo, construir recursos de governança de IA abrangentes e básicos.

Papel governamental

Não se trata apenas de proteger os cidadãos: na visão dos governos, estruturar uma legislação eficaz para pautar o tema de IA é fundamental para atrair novos setores, mitigar a fuga de propriedade intelectual e impulsionar uma abordagem de governança sustentável.

Vários temas de risco tangenciam o uso de IA e se tornaram mais urgentes a partir de 2020, quando a automação foi a resposta para inúmeros desafios trazidos pela pandemia. O reconhecimento por meio de computadores, por exemplo, tem sido usado para triagens em aeroportos, gerenciar estoques sem a

necessidade de haver um funcionário presente e até para monitorar as condições físicas de um paciente.

São benefícios potenciais, mas não isentos de riscos. Dada a diversidade humana em termos de gênero, etnia, nacionalidade, faixa etária e renda, muitos pontos podem passar despercebidos. Ademais, o contexto das imagens de dados de treinamento é essencial ao treinar os modelos de IA. As diferentes variáveis acarretam preocupações sobre a capacidade da tecnologia de ler e interpretar com precisão as representações visuais.

Mas, acima dessas questões, prevalece uma preocupação maior: entender como os dados pessoais estão sendo (ou poderão ser) usados pelas organizações. Assim, surgem leis específicas, voltadas à proteção, como a Lei de Privacidade da Califórnia (EUA), o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (UE) e a Lei Geral de Proteção de Dados, em vigor no Brasil desde agosto de 2020. Essas leis são relevantes para proteger os dados da



A integridade, a compreensibilidade, a equidade e a resiliência são os quatro pilares fundamentais para assegurar a governança adequada dos algoritmos de Inteligência Artificial



população, mas não são suficientes. Uma preocupação diz respeito à diversidade: como evitar, por exemplo, que os desenvolvedores criem algoritmos que priorizem determinada etnia em detrimento de outra? Os modelos de IA precisam ser justos, para que as decisões derivadas desses modelos sejam explicáveis, rastreáveis e passíveis de alteração, se necessário.

Estes e outros potenciais riscos criam hoje uma lacuna de confiança no mercado, daí o anseio por normas e orientações claras e específicas. As organizações têm a responsabilidade de fornecer aos consumidores e usuários de negócios um nível adequado de transparência. Aos governos, cabe atentar para as implicações da tecnologia de IA e buscar modelos de regulamentação que sejam menos fragmentados.

Cinco tendências

O estudo da KPMG detectou cinco principais tendências que indicam a forma e a direção potencial da regulamentação da IA e como esta poderá evoluir. Confira:

1. Futuro regulatório em torno de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): mercados em que o uso de IA têm sido mais intensivo estão implementando diretrizes e regulamentações que protegem e promovem a P&D local. Nos Estados Unidos, a Ordem Executiva 13.859, assinada em 2019, estabeleceu a Iniciativa Americana de IA, cujos objetivos são desenvolver capacidades de IA dentro do país e impulsionar invenções de IA que sejam de interesse nacional.
2. Criar grupos de direção para discutir e criar ideias sobre construções de governança, políticas públicas e ética.

3. Criar fóruns para discussão e colaboração, de modo a fomentar a colaboração entre as principais partes interessadas, isto é, agências, governo e setor privado.
4. Construir o ecossistema de IA, incluindo desenvolvimento de habilidades, recursos de tecnologia, parcerias e colaboração multifuncional. A compreensão prevalente é a de que, para construir uma cadeia de IA sustentável e competitiva, as organizações devem dedicar fundos para P&D, estimular o empreendedorismo e se comprometer com o treinamento da força de trabalho.
5. Criação de políticas, leis e atos: em 2019, por exemplo, os senadores dos EUA propuseram o Algorithmic Accountability Act⁸. Este foi o primeiro esforço legislativo federal para regular os sistemas de IA em todos os setores nos EUA e refletiu a preocupação crescente da sociedade e do governo em relação à implementação legal e ética da IA.

O papel do mercado

É fato que as economias e sociedades serão cada vez mais moldadas pela evolução da IA. Também é incontestável que o ritmo da inovação esteja acontecendo em grande velocidade. Por isso, até os governos mais sofisticados tecnologicamente têm e continuarão a ter dificuldades para criar regras adequadas. O desafio está posto: trata-se de mitigar os riscos e implicações do que pode dar errado com as capacidades de IA mantendo o equilíbrio certo entre regulamentação e inovação. Neste sentido, transparência e colaboração são imprescindíveis.

Enquanto não surgem as regulamentações necessárias, o

papel das empresas consiste em ser proativas - como, aliás, já vêm sendo - na implementação da governança, no desenvolvimento de princípios, políticas e critérios de design de IA e no estabelecimento de controles em um ambiente que promova inovação, flexibilidade e confiança enquanto identifica os riscos associados à IA.

Desse modo, cabe às empresas estabelecer comitês de governança e conselhos focados em riscos e complexidades inerentes à IA e aos dados; trabalhar na identificação de riscos e oportunidades; projetar um comitê multidisciplinar de governança; e priorizar as soluções de IA e inovação por meio de diretrizes, modelos, ferramentas e aceleradores que entreguem soluções de maneira rápida, mas responsável.

É fundamental, ainda, criar uma estrutura de gerenciamento de risco para identificar e priorizar algoritmos essenciais para os negócios; incorporar uma estratégia ágil de mitigação de riscos para lidar com a segurança cibernética; e investir em novos recursos para permitir a governança eficaz e o gerenciamento de risco habilitado por meio de ferramentas para IA.

Finalmente, as empresas inovadoras e proativas serão peças-chave na colaboração com os governos, para que estes moldem, regional e globalmente, as premissas que farão da IA não apenas disruptiva, mas justa e promotora de equidade. É disso que trata a verdadeira disrupção: de inovar com uma visão global e de amplo alcance, focada no todo e não somente na tecnologia. ■

